consultadoria jurídica

Esta secção destina-se a apresentar alguns temas sobre o regime jurídico da função pública, submetidos à apreciação do Gabinete Técnico Jurídico do SAFP, que se revelem de interesse para a generalidade dos funcionários e agentes da
Administração Pública de Macau

Férias dos trabalhadores recrutados a empresas públicas da República Portuguesa no primeiro ano de serviço no Território

CONSULTA

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27/85/M, de 30 de Março, concede o direito a férias aos funcionários e agentes que tenham mais de um ano de serviço efectivo, ainda que prestado em diversos serviços públicos no Território ou na República.

Aos trabalhadores de empresas públicas, que exercem funções nos serviços públicos do Território, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto, é-lhes contado o tempo de serviço prestado na respectiva empresa pública para efeitos do supracitado artigo 4.º?

RESPOSTA

Não obstante a lei ser omissa quanto a esta questão, deve encontrar-se uma solução de equidade compatível com o espírito do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Março. Com efeito, a afectação temporária do trabalhador de empresa pública à Administração responsabiliza esta pelo direito a férias que o trabalhador haja adquirido ao serviço da empresa.

Assim, é de aplicar aos trabalhadores recrutados a empresas públicas, ao abrigo do disposto no art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 86/84/M, de 11 de Agosto, o regime de férias dos funcionários dos quadros dos serviços públicos da República, devendo ser contado o tempo de serviço prestado na respectiva empresa para efeitos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27/85/M, de 30 de Agosto.

Contagem do tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira de motorista de ligeiros

CONSULTA

Um motorista de ligeiros que transitou da categoria de condutor de automóveis de 2.º classe para a categoria de motorista de ligeiros, 2.º escalão, por força do art.º 21.º e do mapa 12 anexo ao Decreto-Lei n.º 87/84/M, de 11 de Agosto, com efeitos a 1 de Outubro de 1984, quantos anos precisa para atingir o 5.º escalão da carreira de motorista de ligeiros?

RESPOSTA

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 27.º, a transição operada ao abrigo do Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 87/84/M, de 11 de Agosto, para o 2.º escalão da carreira de motorista de ligeiros teve já em conta o tempo de serviço globalmente apurado na carreira horizontal. De acordo com o disposto no Art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 87/84/M, de 11 de Agosto, são necessários 3 anos de serviço no 2.º escalão para progredir ao 3.º pelo que, em Outubro de 1987, o motorista poderia ter progredido para o 3.º escalão. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 85/88/M, de 12 de Setembro, que deu nova redacção ao art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 15/88/M, de 29 de Fevereiro, o tempo de serviço exigido para progressão, nas carreiras comuns, quando superior a dois anos, é reduzido em um ano, a partir de 1 de Março de 1988, data da produção de efeitos do diploma.

Dispondo o art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 87/84/M, de 11 de Agosto, que a mudança para o 4.º escalão se efectua após seis anos de serviço no 3.º escalão e para o 5.º após oito anos de serviço no 4.º, e aplicando a regra do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 15/88/M, atrás citada, teremos respectivamente cinco anos para a passagem ao 4.º e sete anos para a passagem ao 5.º, pelo que, no caso *sub judice*, o motorista de ligeiros atingirá o 5.º escalão em Outubro de 1999.